

Nem tudo é APL

2004. Ano 1 . Edição 4 - 1/11/2004

"A mobilidade populacional que caracteriza o Brasil demonstra que não é possível manter 'ilhas' de prosperidade isoladas do resto do país"

Sergio Moreira



Hoje, no Brasil, há em marcha um processo de convergência das instituições governamentais na formulação das estratégias de abordagem, na escolha dos focos prioritários e na implementação de ações nos aglomerados produtivos, em todo o país, com o objetivo de construir um ambiente amigável à produção. Esse processo de convergência extrapola o âmbito governamental, englobando atores do mercado e do terceiro setor. É uma novidade extremamente positiva quando se conhece a crônica incapacidade de coordenação e alinhamento entre os diferentes níveis de governo ou mesmo entre instituições de um mesmo governo.

instituições de um mesmo governo.

A partir da década de 1980, o Brasil passou a conviver com taxas de crescimento medíocres, insuficientes até para a geração de postos de trabalho que acompanhassem a expansão inercial da população economicamente ativa (PEA). Ainda que submetidas a um ambiente macroeconômico adverso, comunidades desenvolveram-se por vezes à revelia dos governos e até mesmo ao arrepio da lei. Não são poucos os exemplos bem-sucedidos de comunidades, espalhadas por todo o território nacional, que forjaram com suas próprias forças a transformação radical, para melhor, de suas realidades. Se foi assim na adversidade de um ambiente hostil à produção, podemos considerar uma perspectiva bastante otimista para o futuro se, de fato, funcionar o esforço coordenado de múltiplas instituições trabalhando com foco nos arranjos produtivos locais (APL)¹.

Mas há um problema monumental a enfrentar: temos poucos APL quando consideramos que ao menos 90% dos brasileiros não estão inseridos em aglomerações produtivas eleitas. São os empreendedores e as empresas formais de setores geograficamente difusos, os empreendedores e os trabalhadores da economia informal e os excluídos sociais, para os quais não foram concebidas estratégias consistentes de inclusão produtiva.

Quantos APL existem no Brasil? Não se sabe; depende do conceito que se adote. O Sebrae, uma das primeiras instituições a incorporá-los como prioridade, trabalha em cerca de 150 territórios. Já os mais rigorosos, aqueles que idealizam os APL mais próximos da definição dos clusters dada por Michael Porter, consideram que não alcançamos nem uma dezena de arranjos evoluídos. Paulo Haddad, um dos pioneiros na investigação desta matéria, adota um conceito bem mais generoso e elástico, denominando-os arranjos incipientes ou potenciais de clusters de sobrevivência, o que amplia substancialmente o universo de localidades e setores produtivos a serem atingidos.

As políticas de priorização dos APL são tão necessárias quanto insuficientes e, sobretudo, não se constituem por si só numa estratégia de desenvolvimento para o país, a menos que não se tenha aprendido com os equívocos monumentais cometidos num passado não tão distante, dos tempos "de primeiro fazer crescer o bolo para só depois dividi-lo". A ênfase exclusiva ou excessiva nos APL constitui-se numa séria ameaça ao desenvolvimento deles próprios. A mobilidade populacional que caracteriza o Brasil demonstra que não é possível manter "ilhas" de prosperidade isoladas do resto do país. Os mais antigos exemplos seriam as megalópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Mais recentemente, em menor escala, mas em grande proporção, Petrolina, Joinville e Brasília comprovam o poder de atração exercido pelos pólos dinâmicos.

Para o desenvolvimento do país e para o bom futuro dos APL, impõe-se criar políticas de inclusão produtiva tão poderosas quanto à dos APL, focadas nos segmentos amplamente majoritários da PEA, mas que estão distantes dos setores mais dinâmicos da economia.

Sergio Moreira é assessor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

1. Conforme a definição proposta pela RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), arranjos produtivos locais (APL) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes.

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334